



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS – CCJE
DEPARTAMENTO DE GEMOLOGIA

Plano de ensino			
Universidade Federal do Espírito Santo		Campus: Goiabeiras	
Curso: Gemologia			
Departamento Responsável: Gemologia			
Docente: Fernando Ribeiro da Silva Carvalho			
Qualificação/link para o Currículo		Lattes	(DOCENTE):
https://lattes.cnpq.br/2642601139961930			
Disciplina: Consentimentos Minerários		Código: GEM06690	
Período:		Turma:	
Pré-requisito: não há pré-requisito		Carga Horária Semestral: 60 horas	
Créditos: 3	Distribuição da Carga Horária Semestral		
	Teórica	Exercício	Laboratório
	45	15	-
Ementa: Introdução ao Direito Minerário: O direito minerário brasileiro, Regime constitucional dos recursos minerais, Solo e subsolo, Jazidas e Minas, Classificação das minas, Partes integrantes de mina, O minério extraído; Regimes de aproveitamento mineral: O requerimento de pesquisa, Direito de prioridade, Consentimentos para pesquisa, Consentimentos de lavra, Manifesto de mina, Proteção especial a atividade mineral, Aplicação do direito ambiental a mineração; código de mineração.			
Conteúdo Programático: Conteúdo Programático: 1. Introdução ao Direito Minerário: pág. 13 a 40, capítulo I da bibliografia recomendada e questões étnico-racial da bibliografia conjugado com CF. 1.1 História do Direito Minerário; 1.2 A influência de outros Países na Mineração Brasileira; 1.3 A Realidade Nacional da Mineração Brasileira; 1.4 História e cultura Afro-Brasileira e Africana 1.5 A influência do negro na mineração brasileira 1.6 A importância das Leis 10.639 de 09/01/2003 e 12.711 de 29/08/2012 (relações étnicas _raciais) 1.7 História e cultura dos povos indígenas e os conflitos sobre demarcações de suas terras. 1.8 Comandos da Legislação Minerária; 1.9 Definição de Jazida, Mina e Lavra; 1.10 Garimpagem, Faiscação e Cata. Nota: o item 1. Será ministrado em 3 aulas 2. Regime Constitucional dos Recursos Minerais; 2.1 Relações Jurídicas no Direito Minerário; 2.2 Solo, Subsolo, Jazidas e Minas; 2.3 Classificação das Minas; 2.4 Partes Integrantes das Minas; 2.5 Características do Direito Minerário; 2.6 O Minério Extraído. Nota: o item 2 será ministrado em 2 aulas 3 Os Regimes de Aproveitamento Mineral: pag. 115 a 148, capítulo III da bibliografia recomendada. 3.2 Aproveitamento Mineral; 3.3 Requerimento de Pesquisa; 3.4 Direito de Prioridade; 3.5 Consentimento para Pesquisa;			



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS – CCJE
DEPARTAMENTO DE GEMOLOGIA

3.6 Consentimento para Lavra;
3.7 Consentimento Municipal;
3.8 Consentimento para Lavra Garimpeira;
3.9 Consentimento para Exploração Pública;
3.10 Monopólio;
3.11 Manifesto de Mina.
Nota o item 3 será ministrado em 5 aulas
4. Proteção Especial à Atividade Mineral: pág. 151 a 168, capítulo IV da bibliografia recomendada.
4.1-Risco da Atividade, Sanções e Nulidades, Caducidade;
4.2-Penhora de Partes Integrantes da Mina;
4.3-Aplicação do Direito Ambiental à Mineração;
4.4-Regras para a boa aplicação do Direito Ambiental;
4.5-Busca do Desenvolvimento e Proteção Ambiental;
4.6-Certificado de Kimberley – SCPK
4.7-CEFEM e aplicação dos recursos.
Nota: o item 4 será ministrado em 3 aulas
5.Código de Mineração: pág. 171 a 213 da bibliografia recomendada.
5.1-Instituição e Aplicação – Decreto-Lei N° 227, de 27/02/1967;
5.2-Regulamento do Código de Mineração - Decreto N° 62.934, de 2/04/1968;
5.3-Constituição Federal de 1988;
5.4-Legislação Aplicada;
5.5-Colocações Finais.
Nota: o item 5 será ministrado em 2 aulas

Metodologia:

A disciplina será ministrada de forma presencial por meio de:

- Aulas expositivas dialogadas ministradas pelo professor com a participação proativa dos alunos;
- Discussões de casos e práticas didáticas que possibilitem a participação efetiva dos alunos no processo de apreensão e consolidação dos conteúdos programáticos;

Recursos:

- Quadro e pincel;
- Projetor de multimídia (data show);
- Textos diversificados.

Critérios / Processo de avaliação da aprendizagem:

O sistema de avaliação será contínuo e estruturado como se segue:

- a) Atividades serão realizadas de forma individual (At1; At2; At3; At4).
- b) A nota do semestre resultará da média aritmética das notas das avaliações parciais.
- c) Atividades orientadas serão encaminhadas aos estudantes podendo ser discutidas em grupos através da plataforma Google ou outra a combinar.
- d) As atividades deverão ser realizadas nas datas determinadas.
- e) Os alunos que obtiverem média parcial inferior a 7,0 terão o direito a realizar uma avaliação final com toda a matéria, devendo alcançar média final igual ou superior a 5,0 para aprovação. A avaliação final está agendada para o dia 25/02/2026.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS – CCJE
DEPARTAMENTO DE GEMOLOGIA

f) Observação importante: Tendo em vista o que dispõe a legislação educacional e as normas da UFES, só obterá crédito e nota na disciplina o aluno que comparecer no mínimo a 75% das aulas ministradas. O não cumprimento dessa exigência implica na reprovação com nota zero, independentemente do resultado das avaliações (provas e trabalhos) que ele eventualmente tenha realizado.

Bibliografia Básica:

ARRUDA, A. T. Normas regulamentares de mineração. Brasília: Ministério de Minas e Energia – Departamento de Produção Mineral, 1988.

BEDRAN, E. A mineração à luz do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Alba, 1957, v. I, II e III.

Código de Mineração e Legislação corretiva. Ministério das Minas e Energia. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 1987.

FREIRE, W. Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral. Belo Horizonte. Revista de Direito Minerário, 2005.

GODINHO, T. M. A conceituação jurídica de autorização de pesquisa e da concessão de lavra. Brasília: IBRAM, 1990.

Bibliografia Complementar:

SILVA, Cristiane Rodrigues Araujo - Meio Ambiente Cultural e Tutela Jurídica dos Povos Indígenas na Sociedade de Informação. São Paulo: Editora Fiuza 2012, v.2/Coordenador: Celso Antônio Pacheco Fiorillo.

ARRUDA, A. T. Normas regulamentares de mineração. Brasília: Ministério de Minas e Energia – Departamento de Produção Mineral, 1988.

BEDRAN, E. A mineração à luz do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Alba, 1957, v. I II e III.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.

SILVA, Cristiane Rodrigues Araujo - Meio Ambiente Cultural e Tutela Jurídica dos Povos Indígenas na Sociedade de Informação. São Paulo: Editora Fiuza 2012, v.2/Coordenador: Celso Antônio Pacheco Fiorillo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS – CCJE
DEPARTAMENTO DE GEMOLOGIA

Quadro 2 – Cronograma

Mês	Dia de aula	Atividades do Professor	Atividades avaliativas a serem realizadas pelo aluno
	Aula 1	Apresentação pessoal, do programa de disciplina e critérios de avaliação.	
	Aula 2	História do Direito Minerário; A influência de outros Países na Mineração Brasileira; A Realidade Nacional da Mineração Brasileira;	
	Aula 3	História e cultura Afro-Brasileira e Africana A influência do negro na mineração brasileira A importância das Leis 10.639 de 09/01/2003 e 12.711 de 29/08/2012 (relações étnicas raciais)	
	Aula 4	História e cultura dos povos indígenas e os conflitos sobre demarcações de suas terras	
	Aula 5	Comandos da Legislação Minerária; Definição de Jazida, Mina e Lavra; Garimpagem, Faiscação e Cata.	



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS – CCJE
DEPARTAMENTO DE GEMOLOGIA

	Aula 6	Regime Constitucional dos Recursos Minerais; Relações Jurídicas no Direito Minerário; Solo, Subsolo, Jazidas e Minas	
	Aula 7	Classificação das Minas; Partes Integrantes das Minas; Características do Direito Minerário; Minério Extraído.	
	Aula 8	Os Regimes de Aproveitamento Mineral: pag. 115 a 148, capítulo III da bibliografia recomendada. Aproveitamento Mineral; Requerimento de Pesquisa Direito de Prioridade;	
	Aula 9	Consentimento para Pesquisa; Consentimento para Lavra.	
	Aula 10	Consentimento Municipal; Consentimento para Lavra Garimpeira; Consentimento para Exploração Pública; Monopólio	
	Aula 11	Manifesto de Mina.	
	Aula 12	Proteção Especial à Atividade Mineral: pág. 151 a 168, capítulo IV da bibliografia recomendada. -Risco da Atividade, Sanções e Nulidades, Caducidade	



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS – CCJE
DEPARTAMENTO DE GEMOLOGIA

	Aula 13	Penhora de Partes Integrantes da Mina; Aplicação do Direito Ambiental à Mineração;	
	Aula 14	Regras para a boa aplicação do Direito Ambiental; -Busca do Desenvolvimento e Proteção Ambiental	
	Aula 15	-Certificado de Kimberley SCPK -CEFEM e aplicação dos recursos. Código de Mineração: pág. 171 a 213 da bibliografia recomendada. -Instituição e Aplicação Decreto-Lei Nº 227, de 27/02/1967;- Regulamento do Código de Mineração - Decreto Nº 62.934, de 2/04/1968;	
Fevereiro	Aula 16	-Constituição Federal de 1988; -Legislação Aplicada; -Colocações Finais.	
	Aula 17	Para eventualidades - Revisão	
	Aula 18	Avaliação Final	

****Qualquer alteração será amplamente discutida e acordada com os alunos matriculados.